

# SINDICALISMO E O MUNDO DO TRABALHO

DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985):  
A EXPERIÊNCIA DE CRICIÚMA (SC)

Antonio Luiz Miranda<sup>1</sup>

O início dos anos 1960 foi marcado por intensa mobilização dos mineiros de Criciúma. As mobilizações e greves não exigiam somente melhores salários, mas também melhores condições de trabalho, compensação pelo trabalho insalubre e energia elétrica nas vilas, entre outras questões que estavam na pauta de reivindicações e motivavam os movimentos dos operários das minas de carvão da região. Esta intensa mobilização foi parcialmente interrompida com o golpe civil-militar de 1964, que, entre seus primeiros atos, processou a intervenção no Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

O golpe civil-militar estabeleceu, novamente, na história da República um governo autoritário imposto pelo uso da força. Foi apoiado por grandes empresários nacionais e estrangeiros aqui estabelecidos, bem como por partidos políticos de direita alinhados com os preceitos do liberalismo econômico e, em consequência, com a política estadunidense para a América Latina.

Era o contexto da “Guerra Fria”, do mundo dividido em dois polos; de um lado, a União Soviética e os países que haviam adotado o socialismo, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial; de outro, os países capitalistas liderados pelos Estados Unidos da América do Norte.

O Brasil, no período pós-Segunda Guerra, entre 1945 e 1964, viveu a chamada era da “democracia populista”. Conforme Marcos Napolitano, “nesse sistema, boa parte das massas populares podia se expressar politicamente através do voto direto, ao mesmo tempo em que as elites socioeconômicas mantinham seu poder de mando no país”<sup>2</sup>.

O Brasil e a América Latina como um todo, excetuando Cuba, eram considerados países periféricos sob controle norte-americano. Nesse sentido, os EUA coordenaram, lideraram ou simplesmente incentivaram a tomada do poder nos principais países latino-americanos por suas respectivas Forças Armadas. Isso aconteceu nos países em que se elegeram governantes que expressavam certa autonomia em relação à política norte-americana. Segundo a visão estadunidense, o controle imperialista sobre o continente não poderia correr riscos; era a guerra contra o comunismo, e não era admissível aceitar governantes simpáticos a esse regime. A saída encontrada foi patrocinar golpes de Estado, executados pelos militares submissos à política imperialista.

O governo de João Goulart (1962-1964) expressava certa independência política no contexto internacional e, no plano interno, enfrentava uma série de tensões acumuladas por um processo político conturbado e agravadas desde a renúncia de Jânio Quadros. Para Marcos Napolitano, houve no período uma confluência de fatores que culminaram no golpe:

As tensões políticas que culminaram na queda do governo Goulart se desenvolveram num quadro de crise socioeconômica e radicalização político-ideológica muito explorado pelos conspiradores. Aliás, pode-se dizer que o golpe militar significou a convergência de diversos núcleos de conspiração contra governo, alguns deles já atuantes na crise que resultou no suicídio de Getúlio Vargas em 1954<sup>3</sup>.

Os movimentos sociais progressistas da época não tiveram força suficiente para impedir a ação dos conspiradores, principalmente daqueles instalados nas Forças Armadas, nem a implantação do chamado regime de exceção no país. Nesse momento, o poder se impôs diretamente pela utilização da força das armas. Os princípios democráticos, os direitos individuais e as leis constitucionais foram desrespeitados. O golpe no Brasil inaugurou a “era das ditaduras militares, baseada na doutrina da Segurança Nacional”<sup>4</sup>, e tornou-se um modelo para a contrarrevolução e o realinhamento dos países latino-americanos com

a política externa norte-americana, bem como para um processo de modernização capitalista, impedindo o avanço dos movimentos socialistas na região. Impôs-se o regime do terror e do medo na população brasileira, deflagrando uma campanha de “caça aos comunistas ou subversivos”. Os líderes políticos opositores ao golpe, bem como os sindicalistas e o movimento estudantil, foram barbaramente perseguidos. Muitos foram presos, torturados ou mortos nos porões da ditadura, enquanto outros simplesmente fugiram do país.

Ao montar um aparato de vigilância e repressão baseado na tortura, alguns setores ligados ao regime militar queriam de fato atingir outro objetivo: a destruição física e psicológica do militante de oposição, impedindo não só sua recomposição como pessoa humana, mas também a própria recomposição da organização à qual ele pertencia. A tortura era a materialização do círculo do medo<sup>5</sup>.

Uma vez no controle do aparato estatal, os militares e seus apoiadores passaram a governar valendo-se de meios repressivos e criando mecanismos para dar certa “legitimidade” aos seus atos. Os Atos Institucionais com força constitucional legalizavam esses atos repressivos e autoritários desencadeados pelo chamado “regime de exceção” do Estado brasileiro entre 1964 e 1985.

Os partidos políticos oficiais foram extintos, impôs-se o bipartidarismo, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena), criada para abarcar os políticos defensores da ditadura militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), única oposição consentida pelos militares no poder. As entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), bem como suas representações estaduais e municipais, foram fechadas. A UNE reunia e coordenava nacionalmente as mobilizações estudantis, que repercutiam em toda sociedade brasileira. Além disso, as entidades estudantis não estavam submetidas ao controle estatal. Os militares destruíram essa estrutura, pois a viam como uma ameaça ao regime. Com isso, grande parte dos militantes dos movimentos sociais, principalmente estudantil, passou a fazer oposição ao regime militar clandestinamente.

Enquanto o movimento estudantil via suas entidades representativas serem extintas e proibidas, em relação aos sindicatos operários, os militares não destruíram a estrutura sindical oficial, mas procuraram controlá-la.

A estrutura sindical operária era, desde a era Vargas, atrelada ao aparato estatal, submetida ao Ministério do Trabalho, e sobrevivia do imposto compulsório. Dessa maneira, o governo militar não desmontou a estrutura já existente, mas procurou controlar suas direções; isto é, nas entidades sindicais em que as direções se posicionaram contra o golpe, ou que tinham uma

prática mais combativa em defesa da categoria e uma atividade política mais contundente, estas foram destituídas, e os sindicatos postos sob intervenção.

Como afirma Marcelo Badaró Mattos:

Com o AI-5, em fins de 1968, e o endurecimento do regime militar nos anos seguintes, os governos ditatoriais passaram a dispensar aos sindicatos não só o rigor da repressão, mas também uma preocupação com a moldagem de um novo modelo de atuação<sup>6</sup>.

Segundo Boito Jr., “o sindicalismo brasileiro funcionou ao longo do período 68-78, período de estabilidade da ditadura militar, como um sindicalismo de governo. Toda a vida interna dos sindicatos oficiais era rigidamente controlada”<sup>7</sup>. Porém, apesar do controle rígido, principalmente a partir de 1968, com o Ato Institucional número 5, percebemos uma série de resistências e disputas no interior dos sindicatos operários e também no cotidiano dos trabalhadores, na fábrica e fora dela.

Nesse contexto, a política econômica desenvolvida pelo regime no período incluía, amparada no autoritarismo e na repressão, o forte crescimento industrial conhecido como “milagre econômico”. Uma das bases desse crescimento acelerado foi o controle sobre os reajustes salariais. Essa política de arrocho e superexploração do trabalho balizaram o período.

## **Mineiros *versus* mineiros: dois sindicatos no mesmo município – de combativos a pelegos**

Em Criciúma, o movimento de oposição ao golpe militar estava concentrado principalmente no Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A direção desse sindicato, a partir de 1957, foi ocupada por militantes e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo Antônio José Parente um dos principais líderes a ocupar a presidência da entidade nesse período. Segundo Terezinha Gascho Volpato:

Foi nesse período compreendido entre os anos 1957 e 1964 que se formou um sindicato identificado socialmente com a luta e a resistência. Esta imagem de sindicato forte era partilhada pelos mineiros e pela população da região. O fortalecimento do grupo era avaliado principalmente pelo poder de compra dos salários. Na comparação entre vários períodos, há unanimidade em reconhecer aquele tempo de lutas como o período de grandes conquistas salariais<sup>8</sup>.

É possível identificar nesse período da história dos mineiros, de intensa

atividade reivindicatória, o momento em que eles se constituíram como o modelo de categoria combativa, tornando-se referência para as outras categorias de trabalhadores de Santa Catarina.

O Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Carvão de Criciúma foi criado em 1944, como associação, e recebeu carta sindical em maio de 1945. O ato de criação foi presidido pelo representante da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) em Santa Catarina. Segundo Volpato, “a fundação da associação profissional pelo Delegado Regional do Trabalho, com vistas à próxima criação do Sindicato, é recebida pelos mineiros com desconfiança”<sup>9</sup>.

Na década de 1940, havia entre os trabalhadores mineiros um movimento clandestino visando à criação da associação de classe. A iniciativa dos representantes do Estado em se antecipar e fundar uma entidade sindical, com apoio dos patrões, surgiu como uma ingerência no processo autônomo que estava em curso desde a base da categoria.

O Brasil ainda vivia o contexto do autoritarismo do Estado Novo de Getúlio Vargas; além disso, estava em curso a Segunda Guerra Mundial. O governo mantinha os salários dos operários “arrochados” em seu poder de compra. Como afirma Mattos, os operários eram considerados “os soldados da produção”. Porém, naquele momento, Vargas já percebia um movimento forte de oposição ao seu governo, bem como um alto índice de descontentamento das classes trabalhadoras.

Mattos observa que nesse ano ocorreram greves significativas, entre elas a dos mineiros de carvão no Rio Grande do Sul<sup>10</sup>. É possível identificar certa relação com o descontentamento dos mineiros de Criciúma, como apontou Volpato, quando da criação da associação por representantes do Ministério do Trabalho do governo Vargas. Isto é, a mobilização dos mineiros gaúchos repercutiu entre os mineiros catarinenses, levando-se também em conta que a região de Criciúma já era a maior produtora de carvão mineral do Brasil.

O setor carbonífero era considerado estratégico para o país. Toda a atividade dos trabalhadores tinha o olhar atento do governo. Os reajustes dos salários dependiam dos reajustes no preço do carvão, que era determinado pelo governo federal. Nesse sentido, os trabalhadores das minas de carvão desenvolveram um interesse importante pela política nacional, pois seus salários dependiam diretamente das negociações no âmbito governamental.

Entre 1957 e 1964, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma comandou uma série de greves, principalmente por melhores salários e condições de trabalho para a categoria. Porém, a postura combativa do grupo liderado por Antonio Parente sofreu a oposição articulada de empresários, padres e membros da própria categoria que se vinculavam politicamente com setores mais conservadores.

O primeiro revés dessa diretoria combativa foi a derrota na greve dos trabalhadores da Carbonífera Metropolitana, em janeiro de 1960<sup>11</sup>. Essa empresa havia passado para as mãos de Diomício Freitas e Santos Guglielmi, empresários da região e ativos participantes da política local, com fortes ligações com os governos estadual e federal.

Ao deflagrarem a greve, os operários da Metropolitana contrariaram a opinião do líder operário local Zelindro Serafim, vereador pelo PTB e opositor da diretoria do sindicato, mas tiveram o apoio de Antonio Parente, então presidente da entidade<sup>12</sup>.

A reação dos empresários foi implacável em relação aos grevistas: demitiram as lideranças, inclusive os que já tinham estabilidade no emprego. A direção do sindicato dos trabalhadores não conseguiu reverter as demissões nem estabelecer um acordo razoável em favor dos operários. Segundo Lemos, essa derrota desestabilizou e enfraqueceu a direção combativa do sindicato.

Lemos aponta ainda a formação de uma associação de trabalhadores das minas da região do distrito de Rio Maina, que se formou em oposição à diretoria do sindicato. Tal distrito, onde se localizava a Carbonífera Metropolitana, entre outras, comportava praticamente metade da categoria. A associação foi patrocinada pelos proprietários da empresa, com participação efetiva do padre Cizesk, um aliado dos empresários ligado à União Democrática Nacional (UDN) e anticomunista declarado, além do grupo de trabalhadores que disputaram e perderam as eleições para a direção do sindicato. Ela conseguiu rapidamente a carta sindical, constituindo assim o Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Carvão do Distrito de Rio Maina. Desse modo, criou-se um sindicato na mesma base territorial, no mesmo município, o que até hoje é proibido pela legislação trabalhista brasileira.

O Sindicato dos Mineiros de Rio Maina pode ser considerado caso raro no Brasil, pois quebra a regra da unicidade sindical definida na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) desde 1943. Foi criado com o objetivo de enfraquecer o sindicato de Criciúma, que era dirigido por Antonio José Parente e seu grupo, ligado politicamente ao PCB e à ala mais combativa do PTB. A influência do empresário Diomício Freitas, então deputado federal, foi decisiva na elaboração da carta sindical.

Além de Freitas, participaram do *lobby* junto ao Ministério do Trabalho membros de alta posição da Igreja católica, como fica evidenciado no *Jornal de Criciúma* de 17 de dezembro de 1961:

Teria o Presidente João Goulart – em entrevista com Douzel de Andrade – se mostrado incomodado com a divisão do operariado de Criciúma e inclusive com a pluralidade sindical. Por outro lado, para transformar a Associação

de Rio Maina em Sindicato, seguiram para o Rio de Janeiro diversos líderes operários, acompanhados do Bispo Dom Anselmo Pietrulla, com o objetivo, também, de conseguir aumento salarial para a classe. Para alcançar tais finalidades, lançariam mão da influência do Arcebispo de São Paulo junto ao Ministro Franco Montoro, bem como a ascendência do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara sobre o Presidente<sup>13</sup>.

A citação anterior indica como a cúpula da Igreja agiu na época. Sua intenção era minar a força dos militantes ligados ao PCB e ao PTB, mais combativos, que controlavam o sindicato de Criciúma.

Além dessa investida vitoriosa junto ao Ministério, os padres e o empresário promoveram uma forte campanha de convencimento entre os trabalhadores da base. O conteúdo da matéria do jornal indica que, além da carta sindical, pleiteavam também aumento salarial para a categoria; isto era uma forma de demonstrar aos trabalhadores como poderiam utilizar sua influência junto ao governo federal em seu benefício. Outro forte argumento empregado para convencer a categoria foi a proximidade do sindicato com o local de moradia dos trabalhadores e de suas famílias. Como a prática do assistencialismo era muito forte no sindicalismo da época, a possibilidade de ter esses serviços perto de suas casas influenciou bastante os trabalhadores da região do distrito de Rio Maina.

O assistencialismo era a prática habitual do sindicalismo, pois a própria CLT previa esse papel para essas entidades. Mesmo no combativo sindicato de Criciúma, tratava-se de uma prática naturalizada.

Criado para dividir a categoria dos mineiros e manter a entidade sob controle, o Sindicato de Rio Maina teve seus momentos de combatividade. Entre 1967 e 1969, foi dirigido por Domingos Antonio dos Santos, considerado por Volpato “um líder autêntico” por suas posições de enfrentamento aos patrões e em defesa dos interesses da categoria. Boião, como Domingos era conhecido, foi cassado em 1969, e assumiu em seu lugar Alberto Manenti. Este, com posições muito mais conciliatórias, administrou o sindicato até abril de 1977. Deixou a direção em meio à crise envolvendo as eleições sindicais de 1976<sup>14</sup>.

Ainda segundo Volpato, o Sindicato de Rio Maina, durante as décadas de 1960 e 1970, sofreu algumas intervenções da Delegacia Regional do Trabalho, motivadas, normalmente, por má administração, desvio de recursos por parte de diretores, fraudes eleitorais etc. Isto indica que, mesmo sendo criado por um grupo de trabalhadores que tinham ligações políticas com os empresários e se propunham a administrar o sindicato de forma cooperativa com o governo e os patrões, não escapou de intervenções dos órgãos oficiais do governo militar que visavam controlar as atividades sindicais.

Nesse ponto, é interessante observar que estas intervenções, constantes na época, somente ocorreram nos sindicatos dos mineiros de Criciúma e de Rio Maina. Não se tem notícias de intervenções no sindicato dos ceramistas, tampouco no dos metalúrgicos, entidades que também foram criadas no período pré-1964 e representavam as duas outras categorias de operários dos setores mais importantes da região.

Os mineiros se constituíram historicamente como combativos, patrocinaram enfrentamentos grevistas importantes, desafiaram determinações legais. Além disso, o setor carbonífero era considerado estratégico para a nação. Nesse sentido, é possível afirmar que o interesse das autoridades por essa categoria era mais efetivo, gerando então intervenções constantes.

Outro elemento a se acrescentar aí é a questão interna à categoria: mesmo durante o período repressivo, houve disputas entre grupos pelo controle dos sindicatos. Isso indica que mesmo as diretorias interventoras ou as alinhadas aos empresários não conseguiram estabelecer hegemonia na base da categoria.

Na base do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, desde 1975, surgiu um movimento de oposição à direção da entidade. Segundo Volpato, “os mineiros, insatisfeitos com a administração sindical, passaram a se organizar através da realização de reuniões, onde debatiam os problemas da categoria”<sup>15</sup>.

O grupo era liderado por Luiz Mendes Xavier, militante do MDB local. Volpato avalia que a desatenção da diretoria do sindicato com esse movimento de oposição possibilitou que ele conseguisse inscrever sua chapa para as eleições sindicais de 1976. Porém, ao se dar conta da amplitude do movimento, a diretoria do sindicato, juntamente com os empresários, resolveu intervir no processo. Primeiro tentaram aliciar candidatos da chapa de oposição, como foi o caso de Domingos Alamini, candidato a vice-presidente. Segundo Alamini, ele chegou a ser procurado por um filho de minerador que lhe ofereceu um cargo de capataz geral em troca de sua desistência em concorrer na oposição. Porém, ele teria dado uma resposta taxativa ao empresário, conforme relatou a Volpato:

Durante 18 anos trabalhei aqui e nunca fui procurado por vocês. Só agora que a gente espera poder ajudar o operário, um pouco mais, no sindicato, vocês vêm com este agrado. Olha, pode dizer ao seu pai que este cargo ajuda só a mim, mas não ajuda aos coitados dos operários que trabalham sem condições. Eles é que precisam ser ajudados. Você, que é filho de minerador, não sabe o que é ser mineiro, trabalhar na escravidão e não dar conta de atender a família. – Depois disso eles não procuraram mais a gente. Nós registramos a nossa chapa e concorreremos<sup>16</sup>.

Este relato foi colhido durante as pesquisas de Volpato no início dos anos 1980. Possivelmente, Domingos Alamini carregou um pouco, com palavras mais contundentes, no seu depoimento. Mas o que o relato indica, no entanto, para além das características da narrativa, é a ação dos mineradores junto com a então diretoria do sindicato, sua tentativa de aliciar membros da oposição para impedir a inscrição da chapa, além da própria negativa destes, pelo menos no primeiro momento.

A ousadia dos opositoristas causou espanto nos dirigentes da época e, principalmente, no empresário Diomício Freitas, líder político local e defensor fervoroso do golpe militar. Aquele momento era ainda de vigência do AI-5; além disso, estava em curso a chamada Operação Barriga Verde, na qual os militares sequestravam opositores e membros do clandestino PCB. Alguns dirigentes do MDB local haviam sido presos e levados para Florianópolis ou Curitiba. Tratava-se de uma conjuntura adversa, mas, mesmo assim, isso não foi impedimento para que um grupo de trabalhadores descontentes organizasse uma resistência à situação.

Terezinha Gascho Volpato descreveu passo a passo o desenrolar desse processo, que durou de 1976 a 1979. A citação é importante para evidenciar que, mesmo no período considerado o mais duro do regime, parte da classe operária não se calou:

1 - Em tempo hábil, duas chapas se registraram para concorrer às eleições com vistas à direção sindical. Chapa 1, cujos candidatos eram apoiados pelas companhias carboníferas e pela então diretoria do sindicato; Chapa 2, considerada de oposição pelas empresas e pelo sindicato.

2 - Na campanha eleitoral, a situação, como é comum, dispunha de todo o apoio da máquina sindical, em termos de divulgação e prestação de serviços além da ajuda incondicional das empresas, da prefeitura, da DRT, da Justiça do Trabalho, enquanto a chapa de oposição lutava com os poucos recursos próprios.

3 - Cinco dias antes da eleição, marcada para os dias 3 e 4 de novembro de 1976, o candidato à presidência pela oposição, Luiz Mendes Xavier, teve seu nome vetado. Entrou com recurso, conseguindo uma liminar, e assim concorreu às eleições condicionalmente, dependendo sua eventual posse do julgamento do processo.

4 - A eleição se realizou na data prevista e, apurada a votação, registrou-se o resultado seguinte: Dentre 2.039 eleitores, a Chapa 1, da situação, recebeu 706 votos; a Chapa 2, da oposição, recebeu 1.023 votos; nulos e brancos, 310 votos.

Nesta ocasião, a chapa de oposição, mesmo obtendo a maioria dos votos, não foi declarada eleita, pois não conseguiu a maioria para o Conse-

lho Fiscal. Numa evidente manobra da mesa diretora das eleições, com o beneplácito do delegado Regional do Trabalho, acabaram anulando o pleito, mesmo sob protesto e recursos feitos pela oposição. Marcaram a repetição das eleições para 19 e 20 de novembro do mesmo ano, duas semanas depois, mas essa também acabou não se realizando. Novas artimanhas da direção do sindicato, empresários e DRT prorrogaram o pleito para o início do ano seguinte.

O resultado das eleições apontou que a maioria dos eleitores optou pela chapa de oposição. Isso indica algumas questões a serem consideradas: a então direção do sindicato, liderada por Alberto Manenti, estava à frente da entidade desde 1969, quando substituiu o cassado Boião, presidente que tinha grande apoio na base da categoria. Manenti era visto como usurpador, não conquistando legitimidade entre os trabalhadores. Possivelmente, Manenti também não conseguiu compensar a categoria oferecendo um serviço de assistencialismo que apaziguasse os ânimos. Nesse sentido, facilitou o crescimento do descontentamento da base em relação à direção do sindicato, pois esperava deste um atendimento que considerasse adequado.

Diomício Freitas<sup>17</sup>, quando patrocinou a criação do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, pretendia separar o seu rebanho de operários da influência dos comunistas presentes no sindicato de Criciúma. Como não conseguiu derrotar, via eleição, os sindicalistas mais combativos, criou uma entidade onde se localizava sua empresa. Mas, no pleito de 1976, o empresário encontrou dificuldades para garantir o controle do sindicato. Foi obrigado, então, a utilizar outros mecanismos para manter o seu domínio sobre a entidade sindical. Na sequência, descrevemos o desenrolar do processo conforme relatado por Volpato. O nome do empresário Diomício Freitas não aparece diretamente no relato, mas seu poder político local é reconhecido publicamente e, possivelmente, ele tinha fortes influências nas ações da diretoria do sindicato, do DRT e da própria polícia.

5 - As eleições foram marcadas para os dias 3 e 4 de janeiro de 1977. Três dias antes das eleições, a chapa de situação, encabeçada por Aristides Motta, renuncia à candidatura. No dia das eleições, os operários, ao se dirigirem para a sede do sindicato, local das eleições, foram impedidos pelos militares e policiais que cercavam o local. Os candidatos da chapa de oposição concorrente às eleições, agora única, solicitaram explicações e não foram atendidos. A ordem superior era, simplesmente, “suspensão das eleições”.

6 - Alberto Manenti, em 24 de abril de 1977, em Assembleia Geral, renuncia à administração do sindicato, com os demais membros da diretoria. Nesta ocasião foi nomeada uma Junta Governativa, presidida por Valdir Rousseng.

Nessa sequência, percebe-se que o grupo da situação estava com problemas internos. A desistência da chapa às vésperas das eleições indica que os membros tinham consciência de que a oposição ainda contava com o apoio da maioria dos trabalhadores da base. Por outro lado, a renúncia de Manenti, então presidente, em abril de 1977 indica que o grupo dirigente, depois de oito anos à frente da entidade, não estava conseguindo manter o controle do processo.

7 - Novas eleições foram marcadas para os dias 19 e 20 de dezembro de 1977. Inscreveram-se três chapas: chapa 1, encabeçada por Nereu Agostinho; chapa 2, por Luiz Mendes Xavier; chapa 3, por Dalci Schaucoski.

Passado um pouco mais de um ano do primeiro processo eleitoral, surge mais um grupo para disputar o controle do sindicato. Na verdade, a terceira chapa se tratava de uma divisão do grupo da situação. Mais uma vez empregaram-se os aparatos repressivos do Estado para garantir a vitória dos aliados. No encerramento do primeiro dia das eleições, a Polícia Militar retirou as urnas do local de votação, levando-as para local ignorado pela oposição. Essa atitude contrariava as próprias leis referentes a eleições sindicais vigentes na época. A oposição denunciou e protestou, mas não foi ouvida. Mesmo assim, o grupo situacionista não conseguiu garantir a vitória eleitoral. Além disso, aumentava o descontentamento na base da categoria, pois essas manobras eram denunciadas pela oposição, o que causava indignação entre os trabalhadores.

8 - Nenhuma das chapas conseguindo o número de votos previstos em lei, procede-se a segunda convocação para os dias 4 e 5 de janeiro de 1978.

Mais um capítulo no arrastado processo eleitoral do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina ocorreu em janeiro de 1978. O grupo de Luiz Mendes Xavier chamou seus eleitores a votarem apenas no segundo dia das eleições, no sentido de dificultar a fraude que eles temiam que fosse praticada pela mesa diretora. Isso indica que, mesmo depois de um longo processo, a oposição ainda se mantinha fortalecida e com grande adesão da base.

No final do primeiro dia, a mesa diretora do processo eleitoral se deu conta da baixa participação do eleitorado. Diante do fato, não teve nenhum constrangimento em mobilizar o aparato policial para sua proteção e declarar nulas as eleições, afirmando “A suspensão do pleito, para instauração do competente inquérito, apurando responsabilidades e restabelecendo a ordem maliciosa e criminosamente subvertida”<sup>18</sup>.

A campanha da oposição para que os eleitores votassem apenas no segundo dia das eleições virou caso de polícia. Percebe-se que até certo ponto o grupo de oposição conseguiu implantar uma disputa no interior da categoria, demonstrando assim que parte dos trabalhadores descontentes com a situação, mesmo numa conjuntura adversa, conseguiu encontrar brechas de possibilidades de manifestação política. Por seu lado, os patrões e seus aliados, contando com todo o aparato repressivo ao seu lado, não conseguiram impedir a manifestação da oposição. Porém, quando foi necessário, valeram-se de todos os mecanismos legais e ilegais que estavam à disposição.

O desfecho desse processo se deu apenas em março de 1979, como segue no relato a seguir:

9 - Novas eleições foram marcadas para março de 1979, considerando-se que as várias eleições realizadas desde 1976 foram frustradas. A esta terceira eleição, em segunda convocação, concorreram apenas as chapas 1 e 3. A chapa 2, de Luiz Mendes Xavier, Domingos Alamini e José Pilar, fora cassada poucos dias antes das eleições. Os candidatos impetraram mandado de segurança, solicitando uma liminar à Delegacia Regional do Trabalho, mas não obtiveram resposta, ficando impedidos de concorrer<sup>19</sup>.

Após praticamente três anos de disputas, a última alternativa encontrada pela situação foi impugnar a oposição às vésperas da eleição. Porém, analisando os resultados desse pleito, verificamos um claro descontentamento de grande parte dos trabalhadores da base:

**TABELA 5**  
**RESULTADO DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS MINEIROS DO**  
**DISTRITO DE RIO MAINA, CRICIÚMA – MARÇO DE 1979**

Total de associados aptos a votar	1.914
Votos na chapa 1	355
Votos na chapa 3	561
Votos brancos	103
Abstenções	895

Fonte: Livro de Atas n. 3. In: VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana. Os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Ed. UFSC/Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984, p. 134.

Apesar de a chapa 3, liderada por Dalci José Schaucoski, ser declarada eleita, somando-se os votos em branco e abstenções chega-se a um percentual maior que 50%. Pode-se avaliar como uma vitória moral da chapa 2, de

oposição, cassada. Os membros do grupo de oposição optaram por buscar os meios supostamente legais para tentar reverter sua cassação. Obviamente foi um recurso inócuo; o processo nunca foi julgado.

A segunda metade da década de 1970 foi bastante conturbada no Sindicato de Rio Maina. A força demonstrada pelo movimento de oposição não foi desprezível, levando-se em conta que ocorreu no território dominado por Diomício Freitas, talvez o político mais influente e afinado com o regime militar naquele período em nível local.

A coesão da base da categoria em torno da chapa de oposição foi uma importante demonstração de resistência às imposições do regime. Isso pode explicar por que a situação teve dificuldades em derrotar o grupo oposicionista no primeiro momento. Por outro lado, quando os dirigentes situacionistas acionavam os aparatos da ditadura, a reação da oposição limitava-se a denunciar e entrar com recursos legais. Pode-se afirmar que esse era o limite da resistência.

Mesmo passando por esse momento de turbulência, a marca histórica do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, desde sua fundação em 1962, foi o assistencialismo; isto é, desde sua criação, o sindicato foi estruturado para essa prática, colocando médicos, dentistas e outros serviços à disposição dos associados. Era a contrapartida apresentada a parte da categoria dos mineiros de Criciúma que se tornaram base desse sindicato. Assim, trocaram um sindicato que liderava lutas reivindicatórias e buscava, através da mobilização, conquistas salariais para a categoria por um sindicato conciliador, mas que oferecia serviços tão importantes para os trabalhadores e suas famílias.

O Sindicato de Rio Maina nasceu para dividir uma categoria que se caracterizava por sua combatividade. Seu modelo foi o assistencialismo. Segundo Boito Jr., o assistencialismo foi a característica do sindicalismo brasileiro no período entre 1968 e 1978:

A principal e praticamente única atividade dos milhares de sindicatos oficiais no período 1968-78 consistiu em implantar ou expandir grandes e dispendiosos serviços assistenciais – serviço médico, odontológico, laboratoriais, jurídico, colônia de férias, bolsas de estudo etc., convertendo-se esses sindicatos em espécie de agência da Previdência Social<sup>20</sup>.

O assistencialismo foi, portanto, o papel imposto ou aceito ao sindicalismo brasileiro durante o período militar. Esse tipo de sindicalismo substituiu de certa forma a função do Estado, principalmente em relação ao atendimento à saúde. O papel reivindicatório ficava em segundo plano ou, mais usual, não era praticado.

Num período de repressão e autoritarismo, esse tipo de sindicato legítima-se entre a classe operária. Nesse sentido, a oposição organizada na base do Sindicato de Rio Maina a partir de 1975 aparece como contraponto ao modelo imposto. A prolongada disputa aponta que, mesmo com a diretoria utilizando as mais variadas artimanhas, recebendo para isso apoio direto dos empresários, da Delegacia Regional do Trabalho e até do aparato policial, não se conseguiu calar totalmente a voz da oposição.

Enquanto o Sindicato de Rio Maina nasceu e se manteve, mesmo com oposição, dirigido por sindicalistas com posições conciliatórias, no de Criciúma os dirigentes de postura mais combativa se mantiveram à frente da entidade. Rio Maina dividiu a categoria e enfraqueceu a diretoria combativa de Criciúma. Porém, foi o golpe militar de 1964 que pôs fim à diretoria combativa deste segundo, que não foi só destituída como também presa, conforme afirma Volpato:

A diretoria foi destituída em 10 de abril de 1964 e presa, com mais outros 40 mineiros militantes, sob a acusação de práticas subversivas e de serem simpatizantes ou filiados ao Partido Comunista. As lideranças sindicais que restaram, amedrontadas, não se manifestaram durante os anos de repressão, em que os sindicatos foram administrados por interventores ou por mineiros eleitos em pleitos ‘fraudulentos’, segundo a análise dos grupos descontentes com a atuação do sindicato<sup>21</sup>.

Percebe-se que a intervenção se deu logo nos primeiros dias após o golpe. Possivelmente, ele estava na lista dos 433 sindicatos de trabalhadores que sofreriam intervenção dos militares no Brasil no primeiro momento do regime. É importante lembrar que o poder de intervenção em entidades sindicais era prerrogativa do Ministério do Trabalho, garantida pela CLT, desde 1943. No entanto, nunca foi empregada com tanta força como fizeram os governos militares a partir de 1964.

Marcelo Badaró Mattos analisou os limites do movimento operário brasileiro na década de 1960 no que tange ao rompimento com a estrutura sindical montada no Estado Novo de Getúlio Vargas. O período pré-1964 foi marcado pela mobilização de parte da sociedade civil por reformas de base. Segundo este autor, o movimento sindical da época se lançou nessa “pauta política comandada por um segmento da classe dominante brasileira comprometido com a proposta de conciliação de classes”<sup>22</sup>.

Essa aliança interclasses fragilizou uma possível mobilização popular de resistência ao golpe. Os golpistas perceberam os limites desse grupo e utilizaram os recursos legais a seu favor. Desse modo, “A ditadura utilizou-se dos recursos da legislação sindical para reprimir os movimentos, o que esclarece

um outro limite: o imposto por uma estrutura oficial que se procurou adequar aos interesses dos trabalhadores, mas contra a qual se lutou pouco”<sup>23</sup>.

A estrutura sindical brasileira, atrelada ao Estado, permitia intervenções e veto a lideranças, entre outras possibilidades de controle do aparato estatal; os golpistas apenas aplicaram o que já era legal. Como afirmou Rodrigues, a estrutura sindical foi mantida durante a ditadura militar, pois ela servia a seus interesses.

A primeira intervenção no Sindicato dos Mineiros de Criciúma, durante a ditadura militar, durou dois anos e meio. Em setembro de 1966, foi autorizada a realização de eleições para a direção da entidade. Nessas eleições participaram duas chapas, demonstrando uma divisão na categoria. Esse é um aspecto importante; mesmo no período autoritário, grupos divergentes não se intimidavam em organizar chapas para disputar a direção do sindicato.

Pode-se considerar que esta era uma característica da categoria no período, em ambos os sindicatos. Essas disputas ocorreram até os anos 1980. A partir de então, as eleições nos sindicatos de Rio Maina e Criciúma normalmente ocorreram com chapa única.

As eleições de 1966 foram vencidas pela chapa liderada por Walter Henrich Willy Horn, o Alemão. Segundo Volpato, era representante da ala dos “autênticos”<sup>24</sup>. Percebe-se que esse grupo, mesmo depois de ter sido cassado e alguns de seus integrantes presos, não se intimidou e conseguiu se rearticular e conquistar o sindicato após dois anos e meio. Essa rearticulação não se deu apenas no Sindicato dos Mineiros de Criciúma, foi uma característica de grande parte dos sindicatos que sofreram intervenção logo após o golpe militar. Conforme avalia Mattos:

A primeira fase das interventórias não conseguiria, entretanto, calar completamente a voz dos ativistas mais combativos, nem tampouco apagar da memória das categorias os avanços significativos do período anterior ao golpe, o que ficaria provado com a vitória eleitoral de chapas oposicionistas, tão logo novas eleições fossem convocadas<sup>25</sup>.

Horn ficou na direção do sindicato por duas gestões, de 1966 a 1971 (ele foi reeleito em 1968). Mesmo com o AI-5, ele e seu grupo conseguiram cumprir o segundo mandato. Naquele momento, havia pouco espaço para grandes mobilizações: o governo federal determinava o índice de reajuste salarial, e a repressão estava sempre de prontidão e observando qualquer movimento estranho no sindicato.

Nas eleições de 1971, Horn e sua chapa foram novamente reeleitos. Porém, o presidente e dois membros da chapa tiveram os nomes impugnados.

Além disso, quatro meses após o pleito, o sindicato sofreu intervenção da DRT, que nomeou uma junta. Esta administrou a entidade durante oito anos consecutivos, sendo presidente nesse período Aristides Felisbino.

Pode-se afirmar que essas eleições encerraram um ciclo no Sindicato dos Mineiros de Criciúma, que fora iniciado no ano de 1957 com a eleição de Antonio José Parente e o grupo de militantes ou simpatizantes do PCB e da ala do PTB mais combativa. Foi um período marcado por intensas mobilizações dos trabalhadores mineiros, tendo sempre à frente a liderança do sindicato.

Esse grupo foi afastado do sindicato em 1964, mas, na primeira possibilidade, em 1966, retornou à direção pela via eleitoral, isto é, legitimado pela maioria da categoria. Com a intervenção de 1971, o grupo foi afastado definitivamente da direção do sindicato.

O início dos anos 1970 foi o período de maior repressão aos movimentos sociais por parte do governo militar. Poucas direções sindicais com viés mais combativo sobreviveram na direção dos sindicatos.

Sendo um sindicato visado desde 1964 pelo governo militar, ficou praticamente impossível a continuidade de uma direção combativa à frente da entidade. Considere-se, ainda, que a categoria dos trabalhadores nas minas de carvão tinha um regime de aposentadoria especial – grande parte, os trabalhadores do subsolo, se aposenta com 15 anos de serviço, o que indica que a maioria que trabalhava na década de 1970 não participou das lutas da década anterior.

Nesse sentido, pode-se afirmar que houve nos anos 1970 uma grande renovação na força de trabalho empregada na mineração de carvão na região de Criciúma. Além disso, com a crise do petróleo de 1973, o carvão se destacou como combustível estratégico. As empresas aumentaram a produção recrutando mais força de trabalho e introduzindo o processo de mecanização na extração do minério.

Aristides Felisbino, o interventor, não era estranho à categoria. Era mineiro e, ao que parece, direcionou sua gestão ao modelo de sindicato aceito no período, ou seja, assistencialista. Tinha para isso condições vantajosas: o apoio das classes dirigentes e do governo autoritário e uma categoria renovada, sem a presença dos tradicionais grupos opositores.

Em 1976, foi deflagrado processo eleitoral no Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Felisbino concorreu com seu grupo em chapa única. Existiu a possibilidade de outra chapa, como aponta Volpato, mas que nem chegou a ser inscrita. Eleito, Felisbino passou a ser presidente do sindicato legitimado pelo processo eleitoral. Sua segunda gestão, ao que parece, transcorreu tranquila nos dois primeiros anos. Porém, o ano de 1979 foi bastante tumultuado; era ano eleitoral para a direção do sindicato, e, além disso, o movimento operário estava em ebulição em todo país. Greves pipocavam em várias categorias, ten-

do como referência as ações dos metalúrgicos do ABC paulista. Em Criciúma, a cidade foi tomada pelo movimento grevista de várias categorias de trabalhadores durante o mês de setembro daquele ano.

A derrocada de Felisbino se deu em meio a uma greve na categoria, depois de mais de uma década de inércia e um conturbado processo eleitoral. Formou-se uma chapa de oposição liderada por Ivanir Viana, trabalhador da CBCA, a mineradora mais antiga da região. Nos jornais da época, Felisbino acusava a oposição de ser chapa de “encarregados”, enquanto a oposição acusava a situação de se preocupar apenas com os aposentados, além de administrar mal o sindicato.

A chapa de oposição venceu as eleições, porém Felisbino não se deu por vencido; articulou uma assembleia geral da categoria e conseguiu aprovar a deposição da diretoria eleita. Essa deliberação não foi reconhecida pela Delegacia Regional do Trabalho, mas, ao mesmo tempo, esse órgão afastou a chapa vencedora da direção do sindicato, colocando a entidade sob intervenção.

Após esse evento, novas eleições foram realizadas em 1980, e dessa vez a oposição foi liderada por Lourival Espíndola, que derrotou Felisbino por uma grande margem de votos.

Espíndola e sua diretoria, no entanto, não transformaram a atuação do sindicato, mantendo a linha assistencialista. Mesmo com a conjuntura mais favorável às manifestações operárias, não organizaram nenhuma mobilização mais contundente.

A grande mudança na linha política do Sindicato dos Mineiros de Criciúma se deu em 1986, com a eleição de José Paulo Serafim.

A diretoria liderada por Espíndola, no entanto, tentou se apresentar como um grupo mais autêntico. Contratou para a assessoria de imprensa do sindicato Derlei Catarina de Lucca – que havia voltado ao Brasil após a Lei da Anistia –, uma militante histórica da resistência à ditadura que foi presa e duramente torturada pelo regime e ficou exilada em Cuba por vários anos.

Derlei de Lucca deu uma conotação mais combativa aos informativos do sindicato. No Boletim Informativo número 3, de março de 1982, ficou evidente a influência do discurso da militante; nele se analisa o resultado da última greve da categoria dirigida pela direção de então. O editorial procurava justificar a posição tomada pela direção em relação à greve, respondendo às acusações de serem contra a paralisação.

Alguns elementos, agindo de má-fé, querendo criar confusão, disseram que nós não queríamos a greve. Companheiros:

- 1 - A greve é um recurso extremo, não devemos abusar dela;
- 2 - Os prazos legais devem ser respeitados sempre;

- 3 - Enquanto a empresa manter proposta de negociação não se deve ir à greve;
- 4 - Quando a empresa fixa uma só proposta e a assembleia não aceita, deixa de haver negociação;
- 5 - O sindicato comunica a decisão da assembleia para dar um prazo;
- 6 - Comunica ao Ministério do Trabalho a situação;
- 7 - Se não há solução, então sim, os operários apelam para a greve;
- 8 - A diretoria não pode decidir greve nenhuma, quem decide são os operários<sup>26</sup>.

De forma didática, o boletim procurava ensinar aos operários os passos necessários para se decretar uma greve e também justificava a posição da direção do sindicato referente à greve do ano anterior. Percebe-se a preocupação em estabelecer a greve dentro dos limites da legalidade.

Através do Boletim e também com a contratação de Derlei de Lucca, a direção do sindicato procurava estabelecer um contato mais direto com a base da categoria, construindo uma relação mais estreita com os trabalhadores.

A partir da década de 1980, o movimento sindical de Criciúma entrou em ebulição, acompanhando, de certa forma, o avanço do movimento operário do Brasil como um todo, mas com suas especificidades. Novas categorias se destacaram a partir daquela década. O processo de diversificação da economia regional intensificou-se, surgindo novos setores produtivos, com destaque para o de vestuário e o de plástico descartável. Porém a categoria dos trabalhadores nas minas de carvão continuou a ser a protagonista das lutas operárias na região, tida como referência para os outros trabalhadores.

## RESUMO

Este artigo analisa a trajetória dos dois sindicatos de trabalhadores na mineração de carvão na cidade de Criciúma (SC), no contexto do regime militar no Brasil (1964-1985). Para isso, dialoga-se com a historiografia produzida sobre o período, principalmente a ligada à classe operária e suas lutas.

## PALAVRAS-CHAVE

Classe operária; sindicatos; cidade.

*Trade unionism and the world of work during military dictatorship (1964-1985): the experience of Criciúma (SC)*

## ABSTRACT

This article analyzes the trajectory of the two workers' unions in the coal mining city of Criciúma (SC), in the context of the military regime in Brazil

(1964-1985). To this end, it dialogues with the historiography produced over the period, mainly linked to the working class and its struggles.

## KEYWORDS

---

Working class; unions; city.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Contato do autor: antonio.miranda@uffs.edu.br.

<sup>2</sup> NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro – 1964-1985*. 4ª ed. São Paulo: Atual, 1998 (Discutindo a História do Brasil), p. 4.

<sup>3</sup> NAPOLITANO, Marcos, *op. cit.*, p. 9.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>6</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 55.

<sup>7</sup> BOITO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 46.

<sup>8</sup> VOLPATO, Terezinha Gascho. *Vidas marcadas – trabalhadores do carvão*. Tubarão (SC): Editora Unisul, 2001, p. 166.

<sup>9</sup> *Id.*, *A pírta humana – os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Ed. UFSC/Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, 1984, p. 111.

<sup>10</sup> MATTOS, Marcelo Badaró, *op. cit.*, p. 22-23.

<sup>11</sup> LEMOS, Gustavo Perez. *Mineiros e sindicalistas na cidade do carvão: Criciúma (1953-1964)*. Dissertação de mestrado – UFSC, Florianópolis, 2008, p. 54.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 56

<sup>13</sup> *Jornal de Criciúma*, 17 de dezembro de 1961. Arquivo da Casa da Cultura de Criciúma (SC).

<sup>14</sup> VOLPATO, Terezinha Gascho, *op. cit.*, 1984, p. 129.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 130.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 131.

<sup>17</sup> Esse empresário foi um dos proprietários da Carbonífera Metropolitana na década de 1960. Também patrocinava o Metropol, equipe de futebol de muito sucesso em Santa Catarina naquela década. Essa equipe tinha como mascote um carneiro. “Carneiro” era o termo utilizado pelos operários para identificar os trabalhadores que tinham postura submissa aos patrões. Por isso utilizo o termo “rebanho de ope-

rários” para me referir à forma como Diomício Freitas tratava os trabalhadores de suas empresas.

<sup>18</sup> Livro de Atas n. 3. In: VOLPATO, Terezinha Gascho, *op. cit.*, 1984, p. 134.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 132-134.

<sup>20</sup> BOITO JR., Armando (org.), *op. cit.*, p. 47.

<sup>21</sup> VOLPATO, Terezinha Gascho, *op. cit.*, 2001, p. 169.

<sup>22</sup> MATTOS, Marcelo Badaró, *op. cit.*, p. 47-48.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>24</sup> VOLPATO, Terezinha Gascho, *op. cit.*, 1984, p. 126.

<sup>25</sup> MATTOS, Marcelo Badaró, *op. cit.*, p. 52.

<sup>26</sup> Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão de Criciúma e Içara. Boletim Informativo n. 3, março de 1982.